

Direitos Humanos

• Como faz em todo 7 de setembro, o presidente Fernando Henrique anuncia amanhã um pacote de medidas na área dos direitos humanos. O tema pode não dar votos, mas é certo que confere conceito, interna e externamente, diz o Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori. Mais do que isso, para FH, sua política neste campo é a que mais evoca a imagem do sociólogo libertário suplantada pela do político pragmático.

Após sua terceira viagem ao exterior como presidente, FH chamou Gregori, velho amigo e companheiro na viagem da vida, e pediu que cuidasse do assunto. Ouvira protestos, lera coisas desagradáveis. Em seu Governo o Brasil teria que perder a imagem de terra bárbara, onde esses direitos eram apenas letras no papel. No 7 de setembro de 1995 fez compromisso solene com os direitos humanos. Em maio de 96 lançou o programa nacional. Em maio passado, criou a secretaria ocupada por Gregori. O que se fez neste período mudou o conceito do país lá fora. Aqui dentro, este foi talvez o único campo em que Governo e oposição operaram juntos. Tanto que o petista Hélio Bicudo, outro batalhador nesta seara desde os tempos da ditadura, foi indicado e aceitou representar o Brasil no Comitê Interamericano de Direitos Humanos da OEA.

As medidas de amanhã respondem a antigas demandas. A herança acumulada é grande, diz Gregori. A de maior ressonância será a anistia aos cerca de 40 mil imigrantes, muitos dos quais refugiados políticos, que vivem ilegalmente no país. Será criado o Conari, conselho que vai gerir a política do Brasil para refugiados. Os quilombolas, descendentes dos escravos que se internaram nos grotões antes da Lei Áurea, terão suas terras legalizadas. Entre eles, o bravo e mal conhecido povo kalunga, que num oco de Goiás ainda conserva a língua e os ritos africanos. Alguns chegam a Brasília, mas o banzo quase sempre os leva de volta. Ainda bem.

Para início do resgate da grande dívida social para com os portadores de deficiências, Gregori preparou uma lei que permitirá à União cobrar dos Governos estaduais e municipais a adoção de regras arquitetônicas que melhorem a acessibilidade nas cidades. Falta muito, mas nossas ruas sequer têm rampas para usuários de cadeiras de rodas.

No balanço do que foi feito, destaque para o virar da página dos desaparecidos durante a ditadura. De 366 casos analisados, 265 famílias já foram indenizadas. O inventário de Gregori contabiliza, na área de segurança, a criminalização do porte ilegal de armas e a criação da Secretaria Nacional Anti-Drogas. O projeto piloto do Serviço Civil Voluntário já acolhe 3.100 jovens no Rio e 1.300 em Brasília. No mar do desemprego, é claro que pode e tem que ser ampliado. Em colaboração com a esquerda, aprovou-se o projeto Hélio Bicudo, que transfere para Justiça comum os crimes dolosos contra a vida praticados por policiais. O Carandiru, de triste memória, está sendo desativado em colaboração com o Governo Covas. Foram presos os assassinos de Chico Mendes, o piloto de PC Farias, Jorge Bandeira, e a larápia do INSS Jorgina Fernandes. Falta punir os responsáveis pela chacina de Eldorado do Carajás, assunto quente na campanha eleitoral do Pará. Três fazendas onde havia trabalho escravo foram desapropriadas. É claro que foram avanços, e nisso não se vê a oposição bater. Melhor será que os de amanhã fiquem longe da disputa eleitoral.